

UNIFAL
Universidade Federal de Alfenas
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

**Anteprojeto de Comissão Permanente de Acompanhamento e Divulgação da Verticalização do
Ensino**

Luciano dos Reis Fabi
Antonio Carlos Andrade Ribeiro
Velcimiro Inácio Maia

Varginha – MG
Abril / 2022

PROFIAP

Mestrado Profissional em Administração
Pública em rede

PROFIAP – UNIFAL-MG

Universidade Federal de Alfenas
Campus Varginha
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Instituição afetada pela proposta

CEFET-MG – Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais
Campus Nepomuceno

Professor Orientador

Prof. Antonio Carlos Andrade Ribeiro

Co-Orientador

Prof. Velcimiro Inácio Maia

Aluno Orientado

Luciano dos Reis Fabi

Data da apresentação

Maio / 2022

RESUMO

Apresento o produto técnico em tela como fruto de meu Trabalho de Conclusão Final – TCF do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP. Meus estudos para a dissertação apresentada tiveram por estrutura a Teoria Institucional, que busca dar explicações sobre como as organizações surgem, sobrevivem e, considerando as provocações internas e externas ao seu ambiente, apresentam respostas de resistência, conformação ou transformação frente aos estímulos. Tais ações organizacionais responsivas se concretizam na forma de Trabalho Institucional, sendo este realizado por atores pertencentes a organização, investidos ou não de poder hierárquico formal. O *foci* de meu trabalho repousou na Verticalização do Ensino, estratégia legalmente impositiva às instituições pertencentes a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma vez que faz parte das finalidades e características de tais organizações, conforme o art. 6º da Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008. O *loci* escolhido foi o Campus Nepomuceno do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, instituição pertencente a Rede Federal supracitada, onde interroguei através de pesquisa junto aos gestores locais – atores com poder hierárquico formal – como ocorre o trabalho institucional no campus relativo a Verticalização de Ensino e quais seriam os maiores obstáculos e as possibilidades existentes para sua implementação. Do material colhido junto a estes colaboradores no meu trabalho, em diálogo com a revisão de literatura contributiva a meu entendimento sobre o tema, disponho neste ao CEFET-MG minhas análises, considerações e propostas de ações em função de melhorias ao processo de implementação da Verticalização de Ensino no Campus Nepomuceno. Os empreendimentos sugeridos atuarão, principalmente, nas ações dos gestores do campus para pautar o tema perante o ambiente interno e externo e no reconhecimento institucional dos discentes como atores ativos na experiência de verticalização.

APRESENTAÇÃO

Título: Anteprojeto de Comissão Permanente de Acompanhamento e Divulgação da Verticalização do Ensino	
Ano: 2022	
A Produção é vinculada a Trabalho de Conclusão concluído? Sim	
Discente: Luciano dos Reis Fabi	
Tipo da produção: Técnica	Subtipo de produção: Serviços Técnicos
Natureza: Relatório Técnico	Duração: Contínua
Número de Páginas: 20 páginas	Disponibilidade: Irrestrita
Instituição Financiadora: N/A	Cidade: Varginha-MG
País: Brasil	Divulgação: Mídias físicas e digitais
Idioma: Português	

SOBRE OS ESTUDOS REALIZADOS

Embora fosse uma realidade em instituições de ensino profissionalizante de base tecnológica, como por exemplo, nos CEFET's, a Verticalização do Ensino tornou-se legalmente uma característica institucional a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. No texto legal, entre as finalidades e características das instituições verticalizadoras de ensino, há recorrência a otimização de recursos físicos e humanos que deverão ser aproveitados por todos os níveis de ensino ofertados, uma vez que o processo de oferta vertical sugere cursos superiores de áreas o mais próximas possíveis aos ofertados no ensino médio integrado ao técnico.

Porém, os estudiosos que debruçaram-se no texto legal e para além dele, apontam que a estratégia de verticalização pode ser bem mais que isso, como por exemplo Quevedo (2015) e Floro e Del Ri (2015) que percebem no modelo a oportunidade de tais instituições profissionalizantes se desgarrarem da crítica histórica de serem apenas formadoras de mão de obras para o mercado. Também Pacheco (2010), Ferreti (2014) e Padilha e Lima Filho (2016) apontam caminhos que vão além de simples aproveitamento de recursos, propondo a Verticalização do Ensino como uma experiência capaz de emancipar o trabalhador via sua inclusão no mundo acadêmico, contribuindo também para deselitizá-lo, ou seja, democratizar o ensino de nível superior no Brasil, além de ser capaz de modificar realidades locais, via a capilaridade própria de tais instituições.

Há uma pacificação quase unânime entre os estudos, que mesmo apontando críticas e pontos diversos que necessitam de atenção, entendem o modelo de Verticalização de Ensino como uma proposta positiva e passível de evolução. Com o aprendido em meu trabalho, me posiciono da mesma forma, defendendo que o modelo em si já é interessante e que, com o devido cuidado, pode de fato transcender para oportunidades emancipatórias dos estudantes nele imergidos, desaguando em alguma medida na transformação do contexto da localidade que sedia a instituição.

Proponho o entendimento da Verticalização de Ensino diferenciando possibilidades de potencialidades, conforme na tabela abaixo, no que registro não defender que seja uma compreensão superior a outra, mas tão somente métodos de admissão da estratégia como positiva e busca de aperfeiçoá-la:

ÓTICA	EXPLICAÇÃO	ENTENDIMENTO
Economicista	Otimização de capital material e humano já existente, possibilitando a oferta de cursos de nível superior em regiões diversas, no que a capilaridade institucional também é aproveitada.	Possibilidade
Tecnicista	Instrumentalização de trabalhadores de modo a terem visão	Possibilidade

Viés Mercado	crítica de sua realidade e serem aptos a exercerem suas funções de forma competitiva no mundo do trabalho	
Tecnicista Viés Acadêmico	Capacitação dos discentes para progredirem no mundo acadêmico, iniciando-os nas metodologias científicas e preparando-os para as concorrências próprias do meio, como o ENEM, processos seletivos para pós-graduação, etc.	Possibilidade
Emancipadora	Implementação da Verticalização do Ensino antes do que como uma oportunidade de crescimento institucional ou do que um processo com finalidades objetivas, <u>como uma experiência ou vivência institucional</u> para o aluno, evoluindo-o em um processo emancipatório que o possibilite optar de forma consciente e com qualidade a forma que irá inserir-se socialmente e transformar sua realidade: se através do mundo do trabalho, se através do mundo acadêmico ou, dito de melhor maneira, dentro de uma combinação entre essas duas realidades, uma vez que no mundo real não é possível apartá-las.	Potencialidade

Partindo de tal entendimento do *foci* estudado e amparado pelos estudos de Fernandes (2008) e Rôças e Bomfim (2017; 2018), que defendem a necessidade de modelos de gestão próprios para instituições verticalizadoras de ensino e que os responsáveis por tal gestão devem ser atores ativos no processo, encetei trabalho no *loci* através de entrevistas semiestruturadas com os gestores do Campus Nepomuceno do CEFET-MG, onde busquei capturar suas percepções sobre o tratamento institucional dispensado ao tema, as dificuldades enfrentadas e as possibilidades de evolução e melhorias.

Do material colhido, após diálogo com a revisão de literatura, propus em minha dissertação o agrupamento das experiências dos gestores em 04 (quatro) tópicos norteadores que, doravante neste produto técnico, nomearei como eixos de possível intervenção, os quais apresento abaixo, relacionados com os atuais tratamentos e obstáculos citados e as possibilidades de superação sugeridas:

Eixo	Divulgação e Disseminação de Informação
1	Tratamento Atual e Dificuldades Decorrentes
	Pelos gestores foi apontado que falta divulgação da importância do tema para os

	ambientes interno e externo a instituição, bem como o assunto não é colocado em pauta, ou seja, informações sobre problemas e possibilidades não são externalizadas para fins de diálogo.
	Superações Sugeridas pelos Entrevistados
	O assunto poderia ser colocado em pauta no formato de palestras, mesa-redonda, estímulo a projetos multiníveis, exposição mais intensiva de projetos de pesquisa e extensão, acompanhamento de egressos, etc.
	Se o desconhecimento do tema é visto como um obstáculo para sua melhor implementação, a divulgação e o debate do assunto seriam capazes de fazer emergir trabalho institucional mais intenso na promoção da verticalização de ensino.

Gestão e Ações Institucionais	
Eixo 2	Tratamento Atual e Dificuldades Decorrentes
	Considerando não haver cultura de debate sobre o assunto na instituição, na visão dos gestores o ponto de partida para tanto deveria ser proposto pelos atores formalmente instituídos de poder, que na visão dos entrevistados seriam os mais dotados de visão global da instituição para tal empreendimento.
	A percepção dos entrevistados é de que, se não ocorrer ações nascituras da gestão institucional, dificilmente o tema será abordado por atores que não estão em posição formal de hierarquia e continuará relegado a figurar apenas no papel.
	Superações Sugeridas pelos Entrevistados
	Os eventos institucionais regularmente patrocinados pela instituição – Mostra Específica de Trabalhos e Aplicações – META; Semana da Ciência e Tecnologia; Semana da Engenharia, etc. - foram recorrentes nas falas dos entrevistados como potenciais oportunidades de divulgação e debate do assunto.
	Houve também o entendimento de que a gestão deveria estimular, inclusive através de editais, projetos de pesquisa e extensão multiníveis, de forma a favorecer a convivência e consequente troca de experiências entre discentes dos cursos técnicos de nível médio com os de nível superior.

Eixo	Protagonismo dos Alunos
	Tratamento Atual e Dificuldades Decorrentes

3	
	Como relatado, o tema verticalização não é pautado na instituição, no que o maior problema verificado pelos gestores é o não entendimento dos alunos sobre a experiência na qual estão imersos. O aluno, na análise do material coletado, ocupa uma posição central na preocupação dos gestores, que entendem ser o papel da instituição ofertar a eles possibilidades e muni-los de visão crítica suficiente para que assumam de forma consciente seu papel social.
	Superações Sugeridas pelos Entrevistados
3	Sendo o aluno um ator de grande relevância na percepção dos entrevistados, caso devidamente instruídos sobre do que se trata a verticalização do ensino, eles poderiam assumir o protagonismo das ações sobre o tema, cobrando da instituição mais condições de vivenciar a experiência além deles próprios conduzirem os processos de interação. Importante ainda o relato dos gestores de que as poucas experiências de convivência multinível que percebem na instituição eclodem espontaneamente – o termo “instintivo” é usado por dois dos entrevistados – no corpo discente, sem planejamento ou estímulo institucional.

Eixo	Contexto Econômico e Social
4	Tratamento Atual e Dificuldades Decorrentes Neste agrupamento foram por mim analisados dois ambientes: Interno e Externo. No ambiente interno, foi relatado pelos gestores que o campus necessita de investimentos em sua infraestrutura, principalmente com relação a número de salas de aulas e espaços próprios para os docentes. Este segundo problema, percebido de forma mais contundente, causa prejuízo segundo os entrevistados na convivência dos professores com seus pares e com os alunos, diminuindo as possibilidades de trabalhos conjuntos, de ações integradoras entre os níveis de ensino e do necessário debate sobre questões institucionais. Já com relação ao ambiente externo a cidade-sede do campus, que trata-se de um município de pequeno porte, é tida como problemática por não ofertar opções atrativas de trabalho, cultura e lazer, por ofertar pouco demanda aos cursos de nível médio integrado ao técnico em função de baixo número de habitantes e ainda, considerado que a população em sua grande maioria é composta por famílias de baixa renda, tornar a necessidade dos alunos em optar por estudar com vistas ao mundo do trabalho maior do que a vontade de progredir para níveis superiores de ensino.

Superações Sugeridas pelos Entrevistados
No que concerne aos problemas de ambiente externo, os entrevistados acreditam no potencial dos egressos e da própria instituição em modificá-lo ao longo do tempo, sugerindo inclusive a adaptação do viés tecnológico dos cursos ofertados a realidade local, cuja vocação é agrícola e não industrial. Lado outro, com relação aos problemas de ordem interna, os entrevistados entendem que há falta de planejamento institucional quando da implementação da verticalização do ensino, sendo dito inclusive que o tema é aproveitado como uma justificativa para abertura de cursos de nível superior, porém a contrapartida de investimentos necessária para seu sucesso é ausente, ou seja, vêm como necessário uma intervenção mais aguda da Direção Geral no sentido de promover melhorias na infraestrutura do campus.

Evidenciado de forma essencial o apreendido em meus estudos, passo na seção seguinte a sugerir ações objetivas no intuito de colaborar com a instituição *loci* do meu trabalho para melhorias no processo de implementação da experiência de verticalização do ensino.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Se analisados de maneira transversal os obstáculos e as possibilidades descobertas em minha investigação, entendo como admissível que o principal problema constatado é a ausência de informações e debates sobre o tema ou, dito de outra forma, ser a Verticalização do Ensino um assunto não constante da pauta institucional. Neste diapasão, proponho o eixo 1- Divulgação e Disseminação de Informações como a linha de harmonia para a busca de superação dos demais problemas, a ser conduzida pela gestão institucional, que irá servir-se para tanto das ações institucionalmente legitimadas em forma de eventos no campus. Para todos estes eventos, sejam de ordem acadêmica, esportiva ou cultural, são definidas comissões próprias para preparação, acompanhamento e avaliação.

Minha **proposta** é que a gestão do campus institua, já em início de ano letivo e via portaria, uma comissão específica para trabalhar a estratégia de Verticalização do Ensino de forma transversal em todos os eventos que forem programados. Tal empreendimento deverá ser apresentado a Congregação do Campus Nepomuceno – órgão máximo de deliberação na unidade – para que esta valide o trabalho da comissão através de resolução específica.

Em trabalho objetivo, aposto neste produto técnico sugestão de Minuta de Resolução a ser apresentada a Congregação do campus, donde constam a composição, atribuições, validade temporal e formas de inserção de representatividade. Alerto que esta proposta trata-se de um modelo, no qual serão bem-vindas contribuições e ajustes da comunidade local do Campus Nepomuceno.

Antes da inserção da proposta e para fins concretos da validade da mesma, elenco abaixo a forma de interferência via meios de ação advindos da comissão sugerida em cada um dos eixos, inclusive no que será a linha de harmonia aos demais, bem como os resultados esperados e as possibilidades que podem dela emergir:

1- Divulgação e Disseminação de Informações

Tratado neste trabalho como eixo fundamental de enfrentamento aos desafios encontrados, seu tratamento objetivo carrega as seguintes possibilidades:

AÇÃO	RESULTADOS E POSSIBILIDADES
<u>Inserção transversal do tema em eventos institucionais</u> , em minhas análises entendidos como momentos fortes de diálogo e	➤ Verticalização do Ensino migrando de assunto reservado ao papel e em discussões entre gestores para pauta concreta a ser debatida e vivenciada por toda a comunidade interna;

propícios a ressignificação institucional.	➤ Divulgação efetiva para a comunidade externa do modelo de ensino ofertado pela instituição, abrindo espaços para órgãos públicos e privados e para a sociedade como um todo questionar e contribuir com o papel local da instituição; ➤ Possibilidade de tal pauta, se tratada não necessariamente como central mas, pelo menos, como relevante, adquirir força o suficiente para atrair olhares, investimentos e soluções para problemas institucionais para além da Verticalização do Ensino.
--	--

2- Gestão e Ações Institucionais

Entendidos os gestores como responsáveis pela implementação das ações precípuas e os eventos institucionais como meio para tanto, são passíveis de defesa as seguintes situações:

AÇÃO	RESULTADOS E POSSIBILIDADES
Assunção da gestão da pertinência do tema e de seu papel em colocá-lo em pauta, via atuação concreta que <u>não demanda maior dispêndio de recursos e energia</u> , uma vez que a composição de comissões, a ocorrência de eventos e o lançamento de editais já são regulares na instituição.	➤ Cumprimento legal de uma das finalidades institucionais que permitem a existência e continuidade do campus, via demonstração documentada e passível de escrutínio; ➤ Intervenção não agressiva na cultura institucional, uma vez que o trabalho buscará modificá-la via promoção de ações não obrigatórias mas sim transversais em eventos já admitidos como regulares; ➤ Possibilidade de tal empreendimento tornar-se condição a ser reproduzida pelos outros <i>campi</i> da instituição.

3- Protagonismo dos Alunos

Receptores principais das ações e resultados das melhorias na implementação da experiência de Verticalização do Ensino, os discentes também podem assumir papel contributivo ao modelo, conforme segue sugerido:

AÇÃO	RESULTADOS E POSSIBILIDADES
Assim como os servidores, os	➤ Devidamente cientes da vivência que estão imersos, os

alunos deverão <u>receber palestras sobre o tema e discuti-lo em mesas de debates</u> específicas para tanto.	discentes terão capacidade de questionar as ações e participarem da construção do modelo; ➤ Considerando a dinâmica de renovação dos alunos, os egressos podem ser entendidos como modelos aptos a retornarem ao campus para registrarem sua experiência aos demais, ao passo que o fluxo contínuo de entrada trará sempre novos desafios e com estes, possibilidades de melhoria; ➤ A voz do corpo discente – se dotada de conhecimento e visão crítica – é um poderoso meio de cobrança institucional por melhorias tanto em ações como em recursos físicos.
---	--

4- Contexto Econômico e Social

Embora a alteração de tal dimensão não seja passível de ocorrer de imediato e exija, principalmente com relação ao ambiente externo, a aplicação de recursos nem sempre disponíveis, há aqui também possibilidades de melhorias via inserção do tema na pauta institucional:

AÇÃO	RESULTADOS E POSSIBILIDADES
<u>Divulgação planejada da experiência de Verticalização de Ensino</u> , inclusive ao público externo ao campus, através de convites para eventos a alunos de outras escolas, empresas, poder público local, etc.	➤ No ambiente interno, o conhecimento do tema pode fazer emergir visão crítica – de servidores e discentes – dos espaços disponíveis no campus, de como podem ser modificados para melhor aproveitamento e das necessidades de melhoria através de investimentos; ➤ Ainda no ambiente interno, o planejamento institucional poderá ser melhorado tanto para a discussão sobre aberturas de novos cursos quanto para alterações nos já ofertados; ➤ Com relação ao ambiente externo, embora não seja possível prever mudanças pontuais, o que se espera é que as melhorias no modelo entreguem a sociedade egressos que além de serem bem capacitados do ponto de vista técnico, sejam também dotados de visão crítica suficiente para transformar sua própria realidade, o que pode vir a ser uma alavanca para desenvolvimento do

	contexto local.
--	-----------------

MINUTA DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CONGREGAÇÃO CAMPUS NEPOMUCENO Nº XX/2022, de xx de xxx de 2022

Aprova a instituição no âmbito do Campus Nepomuceno do CEFET-MG de Comissão Permanente de Acompanhamento e Divulgação da Verticalização do Ensino.

O PRESIDENTE DA CONGREGAÇÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, CAMPUS DIVINÓPOLIS, Prof. Tássio Spuri Barbosa, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com decisão do plenário do órgão, ocorrida em sua XX reunião, realizada no dia xx de xxxxx de 2022;

CONSIDERANDO ser o tema Verticalização do Ensino integrante das finalidades e características institucionais do Campus Nepomuceno do CEFET-MG, conforme o art. 6º da Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, e portanto legalmente relevante de discussão;

CONSIDERANDO a necessidade de ser o tema melhor divulgado e debatido pelas comunidades interna e externa ao campus, sobretudo para que sua implementação seja alvo de constantes adaptações e melhorias;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento da Comissão Permanente de Acompanhamento e Divulgação da Verticalização do Ensino – Campus Nepomuceno do CEFET-MG, constante do anexo I desta Resolução e parte integrante da mesma.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Prof. Tássio Spuri Barbosa
Presidente da Congregação
Campus Nepomuceno do CEFET-MG

ANEXO I

Regulamento da Comissão Permanente de Acompanhamento e Divulgação da Verticalização do Ensino – Campus
Nepomuceno do CEFET-MG

(Aprovado pela Resolução Congregação Campus Nepomuceno Nº Xx/2022, de Xx de Xxx de 2022)

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E SUBORDINAÇÃO

Art. 1º - A Comissão Permanente de Acompanhamento e Divulgação da Verticalização do Ensino – Campus Nepomuceno do CEFET-MG, doravante nominada CVE-NP, é órgão específico para deliberação e proposição de inserção do tema Verticalização do Ensino em todos os eventos patrocinados pela instituição, podendo inclusive propor eventos e editais próprios sobre o assunto, além da acompanhar sua implementação e cuidar de sua divulgação perante a comunidade externa ao campus.

Art. 2º - Os membros da CVE-NP serão indicados nos termos desta resolução, devendo a Diretoria do Campus Nepomuceno emitir portaria de designação dos mesmos, no fica a presente comissão subordinada a tal órgão.

CAPÍTULO II

DA FORMA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 3º - A CVE-NP terá a seguinte composição e forma de indicação:

I- 01 (um) representante de cada curso de técnico da instituição, considerando aqui que os cursos de nível médio integrado e os subsequentes/concomitantes de mesma área terão apenas um representante, indicado pelo respectivo colegiado do curso, devendo ser docente do quadro efetivo da instituição e lecionar disciplinas da grande área técnica do curso;

II- 01 (um) representante de cada curso de nível superior da instituição, considerando-se inclusive pós-graduação, indicado pelo respectivo colegiado do curso, devendo ser docente do quadro efetivo da instituição e lecionar disciplinas da grande área técnica do curso;

III- 01 (um) representante técnico administrativo, devendo ser servidor do quadro efetivo da instituição, lotado em setores ligados à Coordenação de Assuntos Acadêmicos do campus e por ela indicado;

IV- 02 (dois) representantes da área de Formação Geral do campus, devendo ser docentes do quadro efetivo da instituição e lecionarem em pelo menos (02) níveis de ensino, indicados pela respectiva Chefia de Departamento;

V- 01 (um) representante discente dos cursos de nível médio de ensino integrado, indicado pela agremiação própria de alunos;

VI- 01 (um) representante discente dos cursos de técnicos nas modalidades subsequentes/concomitantes, indicado pela agremiação própria de alunos;

VII – 01 (um) representante discente de cada curso de nível superior da instituição, considerando-se inclusive pós-graduação, indicado pela agremiação própria de alunos;

Art. 4º - Os mandados de todos os membros terão início na data da portaria exarada para criação da comissão, encontrando seu fim quando exarada nova portaria constituinte, o que deverá nos termos desta resolução ocorrer a cada início de ano letivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A todos os membros será permitida apenas uma recondução consecutiva, sendo da mesma forma livre a todos os membros reconduções alternadas.

Art, 5º - A presidência da CVE-NP será exercida por um de seus membros que for integrante do quadro efetivo da instituição, eleito pelos partícipes por aclamação ou, se necessário, escrutínio, em reunião excepcional convocada e presidida pela Diretoria do Campus para tal fim, em prazo que não poderá ultrapassar 10 (dez) dias contados da data da portaria.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ato contínuo, após escolhido o presidente indicará entre os membros do quadro efetivo seu secretário, que será responsável pela lavratura das atas e substituí-lo em caso de vacância ou impossibilidade.

Art. 6º - A primeira reunião ordinária da CVE-NP deverá ocorrer tão logo a comissão esteja instituída por portaria e em posse do calendário letivo institucional, sendo assunto de pauta a programação das atividades a serem propostas no decorrer do ano letivo.

§ 1º - Consigna-se não existir óbice que a primeira reunião ordinária ocorra concomitante a reunião excepcional convocada pela Diretoria do Campus para a escolha da presidência;

§ 2º - As demais reuniões ordinárias deverão ocorrer em data nunca inferior a 20 (vinte) dias para o início de evento no qual a CVE-NP irá propor atividades;

§ 3º - Reuniões extraordinárias poderão ser convocadas por quaisquer membros através da presidência da comissão ou diretamente pela Diretoria do Campus, desde que tal convocação ocorra com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data da reunião e tenha como pauta apenas o assunto que justifica o chamado;

§ 4º - O quórum da comissão será considerado suficiente para deliberação quando ultrapassar por maioria simples o quantitativo de 50% (cinquenta por cento) de sua composição, independente de quais sejam os representantes presentes.

Art. 7º - Não serão indicados suplentes para nenhum dos representantes na comissão, salvo a situação em que o secretário substituirá o presidente em seus impedimentos, consignando-se que as vacâncias excepcionais e em caráter definitivo deverão ser comunicadas pela presidência da comissão à Diretoria do Campus em no máximo 20 (vinte) dias, para reposição em prazo não superior ao mesmo limite de tempo.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS, ATRIBUIÇÕES E FORMAS DE INTERVENÇÃO

Art. 8º - A CVE-NP atuará mediante o cumprimento das seguintes competências através de seus respectivos responsáveis:

I- São competências da Diretoria do Campus Nepomuceno:

- a) Solicitar formalmente a indicação dos membros que irão compor a comissão, bem como os que reestabelecerão representatividade nos casos de vacância;
- b) Exarar portarias de designação dos membros;
- c) Convocar a reunião excepcional que marcará o início dos trabalhos da CVE-NP;
- d) Acompanhar e prestar suporte as atividades propostas pela comissão;
- e) Assinar a emissão, enquanto órgão executivo, de certificados entendidos como necessários pela CVE-NP como comprovantes de atividades produzidas pela comissão, quer seja para ministrantes ou participantes.

II- São competências do Presidente da CVE-NP:

- a) Convocar e presidir as reuniões da comissão, organizando as deliberações segundo as pautas e solucionando os conflitos mediante aclamação ou escrutínio, sendo neste segundo caso detentor do voto de qualidade quando necessário;
- b) Informar a Diretoria do Campus as situações excepcionais de vacâncias, solicitando a recomposição representativa;

c) Informar a Diretoria do Campus, no limite máximo de até em 10 (dez) dias contados no calendário letivo do ano posterior ao da portaria de composição vigente, a necessidade de nova portaria bem como os impedimentos e as possibilidades de recondução dos membros atuais;

d) Manter sob sua guarda e de forma pacífica a publicização atas, certificados, vídeos, produtos técnicos, *folder's*, peças publicitárias e quaisquer outros registros em mídias diversas de trabalhos desenvolvidos pela comissão ou decorrentes de atividades dela, entregando tal material também de forma pacífica a seu sucessor;

e) Apontar dentre os membros da comissão do quadro efetivo de pessoal da instituição, em ato contínuo a sua admissão como presidente, o secretário responsável pela confecção de atas e substituição do presidente em seus impedimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Estabelece-se que na hipótese de não informação pela presidência da comissão ou do secretário por ele apontado do indicado no item c) e, ainda em hipótese, até quando do não cumprimento da competência atribuída a Diretoria do Campus, fica vigente a última portaria em todos os seus termos e responsabilidades definidas neste regulamento.

Art. 9º - São atribuições da CVE-NP sendo todos os seus membros corresponsáveis:

I- Acompanhar o calendário letivo institucional, atenta as datas programadas para eventos acadêmicos, culturais, esportivos ou de quaisquer outras naturezas, de forma a propor aos responsáveis a inserção de atividades cuja pauta seja a experiência de Verticalização do Ensino;

II- Responsabilizar-se pelas atividades propostas e admitidas, no sentido de garantir sua ocorrência e meios para tanto;

III- Dedicar atenção ao fluxo de egressos e ingressantes nos cursos do campus, de modo a aproveitar as experiências obtidas durante o processo formativo dos primeiros e garantir que os segundos recebem informações suficientes para imergirem de forma consciente na vivência da Verticalização do Ensino;

IV- Elaborar, aplicar e estimular a participação em questionário anual com perguntas relacionadas ao tema, no qual deverão participar todos os atores partícipes do processo – alunos, servidores e colaboradores terceirizados – com o objetivo de capturar as experiências da convivência multinível, as dificuldades e ganhos percebidos, produzindo relatório norteador para a comissão seguinte;

V- Manter atenção também ao ambiente externo da instituição, observando oportunidades de pautar o tema junto a sociedade, com o objetivo de receber desta contribuições para sua evolução.

Art. 10 - São meios e formas sugeridas de intervenção da CVE-NP :

I- Propor, com razoável antecedência e acorde as regras gerais estabelecidas, atividades adicionais aos eventos patrocinados pela instituição que pautem o tema Verticalização de Ensino;

II- Propor atividades de mesmo cunho quando percebidas oportunidades de participação em eventos patrocinados por agentes externos a instituição, mediante prévio acordo da Diretoria do Campus;

III- Empreender, também em uníssono a Diretoria do Campus, eventos ou atividades específicas para tratamento do tema;

IV- Servir-se dos meios regulares da instituição, tais como murais, site, mídias sociais, etc. para promover e abrir debates sobre o tema sob sua responsabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: As formas de intervenção propostas pela CVE-NP podem concretizar-se como palestras, cursos, debates, mostras, editais, fóruns, simpósios, competições, publicações, composições midiáticas e quaisquer outros meios que sejam entendidos como eficientes para ampliar o conhecimento e o debate sobre tema, resguardado que custos financeiros advindos de tais ações podem ser captados pela própria comissão via patrocínio ou provimento ou, se institucionalmente solicitados, seguirão os trâmites e prazos institucionais regulares.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 – Estando a CVE-NP diretamente subordinada a Diretoria de Campus, fica tal órgão como responsável por dirimir eventuais conflitos de composição e atuação de tal comissão.

Prof. Tássio Spuri Barbosa
Presidente da Congregação
Campus Nepomuceno do CEFET-MG

REFERÊNCIAS:

Bomfim, A.M.; Rôças, G.. Educação Superior e Educação Básica nos Institutos Federais: A verticalização e a capilaridade do ensino a partir da avaliação dos docentes. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 1, n. 14, p. e6697, jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Fernandes, F.C.M. Holos; Natal. Vol. 24, Ed. 3, 2008. p. 56-66.

Ferreti, C.J. In: Educação profissional: desafios e debates. Coleção formação pedagógica; v. 1. cap. IV. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

Floro, E.; dal Ri, N. Ensino Superior nos institutos federais: inserção flexibilizada e experiências com a diversificação dos cursos. Revista Espaço Pedagógico, v. 22, n. 2, 7 dez. 2015.

Pacheco, E. M. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. – Natal: IFRN, 2010.

Padilha, R.F.S.; Lima Filho D.L.. A oferta de educação profissional verticalizada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que há de novo? XI ANPED – Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. UFPR. Curitiba-PR. Jul. 2016.

Quevedo, M. Verticalização nos Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: concepção(ões) e desafios no IFRS. In: RELEPE, 2015, Guarulhos. Anais do evento. Guarulhos: Unifesp, 2015. p. 1 – 21.

Rôças, G. & Maia do Bomfim, A Educação Superior e Educação Básica nos Institutos Federais: avaliação da verticalização de ensino com seus gestores. Revista Eletrônica Debates Em Educação Científica e Tecnológica, 1(1), 2017. p. 50-73.